

## UMA ANÁLISE DO PAPEL EDUCACIONAL NO CONTEXTO HISTÓRICO CAPITALISTA

John Jamerson da Silva Brito<sup>1</sup>; Juliana Ferreira de Sousa<sup>2</sup>;

*Universidade Federal do Maranhão, jamersonbritobr@gmail.com<sup>1</sup>*

*Universidade Federal do Maranhão, ferreira.juliana.sd@gmail.com<sup>2</sup>*

**Resumo:** Historicamente a educação vem sendo utilizada como um instrumento de controle e de transmissão de valores pelas sociedades, propagando ideais em todos os períodos. A escola surgiu com o intuito de controlar determinadas classes, a partir desse fato, é perceptível a vinculação da educação ao capitalismo, tornando-a assim uma ferramenta desse sistema. Através de uma breve análise histórica desses fatores, será apresentado neste trabalho essa vinculação educacional e capitalista, como também, o meio que esse sistema vem se modificando e de como consequentemente ele se propaga na educação em praticamente todos os períodos históricos, atendendo as necessidades sociais das classes dominantes. Este trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, identificando fatores e características que alteram os “caminhos” da educação ao longo da história.

**Palavras-chave:** Educação, Capitalismo, Sociedade.

### Considerações Iniciais

A educação e a economia sempre estiveram interligadas nos mais diferentes contextos sociais, na qual a educação sempre foi utilizada como uma das formas de instruir, e transmitir os preceitos sociais que se fazem necessários para o bom funcionamento da sociedade. Através de uma profunda análise em toda a história de relação entre as formas de produção e o ensino escolar, entende-se que o mesmo foi e é utilizado de acordo com os objetivos da sociedade, sejam eles para a preparação social, quanto para a formação do trabalhador.

Historicamente compreende-se que a educação está estreitamente ligada ao modo de produção, ademais a mesma define as bases e quais os objetivos que devem ser alcançados, para que assim dêem continuidade aos diversos meandros que movem os seres sociais e influenciam suas atitudes dentro da sociedade.

Na Idade Contemporânea, especialmente a partir do século XX, a educação passou a ser compreendida como um investimento econômico que podia trazer retorno tanto para o trabalhador quanto para a empresa e, até para o estado. A partir de então, o Estado tem interferido na educação das sociedades, tentando direcioná-la para a qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Nesse sentido, tem havido uma constante tentativa de colocar a educação escolar a serviço dos interesses econômicos nas sociedades (RAMOS, 2011, p. 5).

A partir da Revolução Industrial a economia e a educação “caminham” juntas, por onde a segunda serve aos interesses sociais e políticos do capitalismo. Partindo desse

pressuposto, esse trabalho traz uma breve reflexão com base em pesquisas bibliográficas, sobre como a educação vem sendo uma ferramenta de uso e controle do capital por parte dos dominantes de cada época, provocando uma crise educacional, além disso a mesma é centrada na reprodução de valores sociais dependentes do capital e da classe dominante vigente. Discorrendo sobre o processo educacional como mediador no seio social ao longo da história, e como instrumento de transformação por meio dos modos de produções capitalistas. Sendo a educação inserida em cada momento histórico e suas necessidades supridas pelas relações que a natureza e os indivíduos apresentam, para assim moldá-la de acordo com seus interesses.

### **O Trabalho e o Sistema Capitalista de Produção**

Na investigação ontológica de Lukács, o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas, (LESSA, 2012). Ou seja, é a partir do momento em que o homem, começa a aperfeiçoar seu modo de vida através do trabalho, que todo esse “estado de natureza”<sup>1</sup>, que é meramente ligado a sobrevivência (biológico) vai se transformar.

Em um primeiro momento, segundo a perspectiva dos contratualistas<sup>2</sup>, antes de qualquer contato com o Estado Social, o homem estava inserido em um Estado de Natureza, onde o seu trabalho se configurava em valor de uso, ou seja, o homem trabalhava para sobreviver, em uma constante relação com a natureza. Ele era solitário, livre e feliz, sem nenhum tipo de amarração social. Mas a partir do momento que esse homem começa a se socializar, e trabalhar em conjunto com os demais, todo esse cenário começa a mudar.

E é com o aprimoramento social, e a criação da propriedade privada, que surge uma nova concepção de trabalho, o trabalho abstrato como valor de troca, típico da sociedade contemporânea, que tem como principal característica a remuneração assalariada e a alienação do capital. Como explica (LESSA, 2012, p.26):

Ou seja, para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital.

---

<sup>1</sup>O conceito de estado de natureza tem como objetivo explicar a situação pré-social na qual os indivíduos viviam isoladamente.

<sup>2</sup> Entre os séculos XVI ao XVIII surgiram correntes teóricas que visavam refletir e tentar explicar como provavelmente se deu a criação do Estado, como a sociedade se comportava antes deste e quando os indivíduos sentiram necessidade de sua criação. Os pensadores desta corrente filosófica tinham como concepção que o Estado havia sido criado por meio de um suposto contrato social. Entre os contratualistas mais famosos estão Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe.

A consequência de toda essa mudança, se configura em um trabalho abstrato alienante, que faz com que o homem mantenha uma distância da sua própria essência, contida no seu estado de natureza. Salazar (2009), adverte que essa nova configuração do trabalho surge como se esse caráter fosse algo naturalmente determinado nas sociedades contemporâneas. Assim:

À medida que cresce a força produtiva do trabalho social, cresce a riqueza que domina o trabalhador como capital e cresce sua pobreza, indigência e sujeição subjetiva. Resulta na reprodução das contradições de classes – e dos conflitos a ela inerentes – e da consciência alienada que viabiliza essa reprodução (APUD IAMAMOTO, 2006, p.79).

Segundo a perspectiva marxista esse crescimento e dominação do capital, só se torna possível através da exploração da força de trabalho, que conforme a concepção de Marx e Engels (1976) esse processo acontece da seguinte forma:

O capitalista põe o seu operário a trabalhar. Ao fim de determinado período o operário lhe fornece a quantidade de trabalho representada por seu salário semanal. Suponhamos que o salário semanal de um operário equivale a três dias de trabalho; se o operário começa a trabalhar na segunda-feira, terá reembolsado ao capitalista na noite de quarta-feira o valor integral de seu salário. Mas deixa ele de trabalhar depois disso? Não. O capitalista lhe comprou o trabalho de uma semana: o operário tem, portanto, que continuar trabalhando os três dias que faltam para completar a semana. Esse sobretrabalho do operário, depois de cobrir o tempo necessário para reembolsar ao patrão o seu salário, é a fonte da mais-valia, do lucro, do incremento progressivo do capital. E não se diga que é uma suposição arbitrária o fato de o operário ressarcir em três dias, trabalhando, o salário que percebe, e durante os três dias restantes trabalhar para o capitalista (p.27).

E essa nova concepção de trabalho vai se modificando conforme o sistema produtivo dominante se reconfigura. Os modelos produtivos taylorismo/fordismo que de maneira sintética, podemos indicar que esse binômio, é uma expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (ANTUNES, 1999, p.36).

O sistema de acumulação de capitais teve um longo período de conquistas, tanto no auge do fordismo, como também na fase keynesiana, mas, no início dos anos 70 iniciou-se um período crítico, que segundo Antunes (1999) foram causados pelas seguintes questões:



1) Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativamente autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças as fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do welfare ou do "Estado do bem-estar social" e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico (p.29-30).

Mas essa crise precisava ser superada, portanto, esse sistema de produção iniciou uma reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, como por exemplo o desenvolvimento do neoliberalismo, a privatização do estado, a desregulamentação de direitos trabalhistas, entre outros, como a reestruturação da produção e do trabalho.

Nota-se um visível ataque nessa reformulação do sistema de produção para superação da sua crise, vindos do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra a estrutura do sistema dos trabalhadores. A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua *forma de ser* (ANTUNES, 2002, p.33).

Como ressalta o autor a classe trabalhadora vai se modificar completamente a sua estrutura taylorismo/fordismo, que se caracterizava em uma forte participação dos sindicatos e uma luta mais homogeneizada da parte dos trabalhadores. Com essa reestruturação do modelo produtivo, Antunes (1999), destaca que surge esse novo modelo de produção, que foi nomeado como Toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), como via japonesa da expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.



Esse novo modelo possui características diferenciadas dos padrões anteriores de produção, como por exemplo, a produção desse sistema é vinculada à demanda, que visa atender exigências individualizadas do mercado, que é totalmente diferenciado do taylorismo/fordismo, onde sua produção tinha como prioridade uma fabricação em massa. Outro aspecto de mudança de um sistema produtivo para outro se deu na forma de organização dos trabalhadores, que no taylorismo/fordismo o trabalho fundamentava-se em equipe, já esse novo sistema ele passa a ter um modo de organização individualista e flexível, aproveitando assim o maior tempo possível da força de trabalho. Antunes (1999), evidencia outras mutações sofridas com esse novo modelo, são elas:

5) funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo; 6) as empresas do complexo produtivo toyotista. Inclui as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada. Ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior. A fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção. Tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada "teoria do foco") e transfere a "terceiros" grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas "terceirizadas", acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede e fornecedores. Desse modo. Flexibilização. Terceirização. Subcontratação. CCQ. Controle de qualidade total, kanban, just in time. kaizen, teamwork. Eliminação do desperdício. "gerência participativa", sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos. São levados para um espaço ampliado do processo produtivo; 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs). Constituindo grupos de trabalhadores que são instados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho. Com vistas a melhorar a produtividade das empresas. Convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do savoirfaire intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava;<sup>2º</sup> 8) o toyotismo implantou o "emprego vitalício" para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a exclusão das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade. O "emprego vitalício" garante ao trabalhador japonês que trabalha nas fábricas inseridas nesse modelo a estabilidade do emprego, sendo que aos 55 anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante. No complexo de atividades existentes na mesma empresa (p. 54-55).

O sistema de produção sempre foi perverso, mesmo antes da reestruturação do modo de produção dos anos 70, ele sempre necessitou de uma desigualdade e exploração para se manter intacto. Com a sua crise, ele se reconfigurou, e essa modificação, foi baseada basicamente em mais exploração que ataca principalmente as classes subalternas, como a classe trabalhadora. Ocorre uma privatização do Estado e esse novo sistema impõe um mercado que exige um trabalhador qualificado, polivalente, flexível e multifuncional. As empresas se modificam também, basicamente a forma de administração das vagas disponíveis, elas passam a terceirizar a grande parte das vagas de emprego, ficando com uma pouca porcentagem de vagas vinculadas a empresa matriz.

Nota-se em todo esse processo, uma precarização na categoria trabalho, o trabalhador sempre foi explorado, é a lógica do sistema no qual ele está inserido. Mas com essa reestruturação do modelo produtivo, percebe-se que essa exploração fica ainda mais grave, todas essas transformações mencionadas anteriormente, afetaram bastante os trabalhadores, entretanto, a mais importante característica da classe trabalhadora também foi atingida, que era a homogeneização dessa classe, no que se refere principalmente a luta por seus direitos, que esse novo sistema também abala, fazendo com que essa classe se fragmente e fique individualista, tonando essa classe vulnerável aos ataques do sistema de produção.

### **As relações entre educação e o modo de produção na construção da sociedade capitalista**

Os modos de produção (escravismo, feudalismo), antes mesmo do capitalismo, criaram uma desigualdade social, uma segregação e conseqüente separação de classes, que tornou as relações entre elas, como o mais forte e o mais fraco, o dominador e o dominado, ou seja, aqueles detentores de condições econômicas melhores dominam sobre os menos favorecidos.

Contudo, os possuidores de propriedades privadas e dos meios de produção detêm o controle, enquanto as demais classes têm apenas a oferecer a sua força de trabalho, tornando assim uma relação desigual, na qual uns acumulam riquezas e trabalham menos, e outros não detêm nada e trabalham mais.

O desenvolvimento da história se dá pelo antagonismo entre as classes de cada época histórica. Foi assim na sociedade escravista baseada na relação entre senhores de escravos e escravos; bem como, na sociedade feudal em que estava sustentada pela relação servil entre senhores feudais e servos (PASQUALOTTO, 2006, p. 327).

Através dessa relação que se entende o papel da educação, pois os donos dos meios de produção viram-se “obrigados” a criarem algo que possa distrair, mas ao mesmo tempo controlar os trabalhadores, dessa forma começa a surgir a escola “capitalista”. Criada no seio do capitalismo de forma implícita como um instrumento para moldar e preparar as pessoas para trabalharem e servirem.

Por conta dessa divisão de classes, a própria escola era fragmentada, e tinha seus objetivos destinados para cada classe, o proletariado estudava e era preparado para o mercado de trabalho, ou seja, ele estava inserido em uma formação técnica e de rápida duração. Enquanto a classe econômica superior recebia uma formação elitista com um maior tempo de formação e na maioria das vezes somente essa classe tinha acesso ao nível superior, nos cursos mais renomados, como direito, engenharia, arquitetura, medicina, filosofia, etc.

O sistema de produção capitalista necessita naturalmente de mais trabalhadores, por ter uma escala de fabricação superior aos outros sistemas de produção, obrigando assim mulheres e crianças a saírem de seus lares, para ingressar no mercado de trabalho. Entretanto esse fator se altera com a reestruturação do capitalismo, advindo da inserção de maquinários, retirando muitos postos de trabalho. Com isso, ocorrem novas exigências de mão de obra qualificada e a fragmentação do trabalho.

Após as transformações do próprio capitalismo, os trabalhadores precisam agora obter no mínimo de qualificações para operarem as máquinas, além das crianças que agora estavam no ócio e necessitavam de uma ocupação. Esses fatores favorecem a constituição da escola e do ensino como fator primordial para o crescente desenvolvimento do capitalismo.

Assim, a introdução da maquinaria eliminou a exigência da qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola primária. Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de conviver com as máquinas, operando-as sem maiores dificuldades (SAVIANI, 1994 apud PASQUALOTTO, 2006, p. 334).

O trabalhador sofre uma transformação dentro do âmbito social, sendo obrigado a se qualificar para se manter no mercado e garantir sua subsistência. Por mais que não seja claro isso, ele se torna um escravo, se vendo assim obrigado a vender sua força de trabalho para que se possa conseguir sobreviver numa sociedade, na qual o dinheiro, a parte financeira é a primordial.

As escolas foram criadas com intuito de formar trabalhadores a serviço do capitalismo segregando assim a classe dominada da dominante, tendo em vista que os filhos dos trabalhadores teriam uma educação voltada para o mercado de trabalho árduo, enquanto os filhos das elites teriam uma formação humanística. Esse é o efeito da transição, da transformação capitalista, que adequa a educação e o ensino a sua forma, para que a mesma atenda às suas necessidades.

Por esta razão, faz-se necessário compreender a educação enquanto um processo, um produto histórico, frente às condições sociais, culturais e econômicas existentes nos diversos momentos em que ela se expressa. Podemos perceber que a educação escolar, ao longo da sociedade capitalista, é chamada a se reorganizar, constantemente. Esse movimento tende a promover diferentes formas de ensino, adequando-se às demandas que o processo produtivo impõe no bojo das transformações históricas (PASQUALOTTO, 2006, p. 339).

A educação sempre foi usada então como um instrumento, tanto de formação, quando de instrução, para a transmissão das técnicas de trabalho, na qual seja formado um trabalhador que esteja preparado tanto para conviver socialmente quanto para trabalhar e servir ao capitalismo. Apesar de serem teorias e concepções trabalhadas há um bom tempo,

elas são notadas atualmente, por onde se observa que muitas das escolas preparam os cidadãos para serem simples trabalhadores, sem discernimento crítico e servindo apenas aos interesses sociais e capitalistas.

### **O Papel da Educação dentro do Capitalismo como transmissora de Valores Sociais**

O trabalho é uma criação do homem social, através do mesmo é que são definidas as diversas características tanto culturais, quanto sociais. Em decorrência disso a educação é uma ferramenta de transmissão para a reprodução social dos homens e de suas ideias, influenciando os diversos indivíduos sociais.

A complexificação das relações sociais impôs ao homem a criação de outras atividades que tenham a função de mediar a reprodução social. Surge, portanto, a educação, atividade fundada pelo trabalho. Sua função é, pois, a reprodução do ser dos homens cujas objetificações precisam ser universalizadas para todos os indivíduos (FRERES; RABELO, 2008, p. 01).

Apesar de ser uma ferramenta de transmissão de cultura, ela também é de influência e alienação, na qual o capitalismo a utiliza para controlar os indivíduos e os fazerem agir de uma maneira ou outra. Entretanto nem sempre ocorreu dessa forma, pois nos primórdios, ela era uma educação sem restrições e manipulações sociais, usada unicamente para a produção e repasse do saber acumulado.

Entendida dessa maneira, a educação depende do momento histórico a qual está inserida, pois cada um deles apresenta suas peculiaridades que moldam e torna ela útil para os objetivos que devem ser alcançados dentro do capitalismo, como a divisão e fragmentação da mesma, para que cada classe tenha acesso apenas àquilo que ela precisa e necessita para utilizar durante sua vida e garantir sua sobrevivência social.

A classe dominante vigente no período é que define praticamente como, e o que será transmitido dentro da educação, suas normas, culturas e preceitos, dando ênfase que isso não é realizado de forma clara, mas uma tática velada, até mesmo cultural, que pode passar despercebida por grande parte da população.

A objetificação do homem se torna algo natural e comum, já que a educação transmite determinadas ideologias que permitem as pessoas acreditarem naquilo que não percebem que é errado. Mesmo que de forma incoerente, a educação atende aos interesses do capitalismo, naturalizando a servidão, e transpassando que o trabalho, a constante luta em busca de emprego e uma baixa remuneração, seja algo natural.

A educação, como complexo que serve para a reprodução social, na sociedade de classes sob a égide do capital, torna-se lócus privilegiado para a reprodução das



relações sociais alienadas. Assim sendo, a classe dominante faz da educação – em seu sentido estrito – um espaço fecundo para a disseminação das suas ideias e dos seus interesses. Então partindo desse pressuposto, podemos dizer que a educação, mediação ineliminável no processo de reprodução social, vem assumindo direcionamentos diferentes em cada momento histórico e, assim, atendendo historicamente de forma eficaz aos interesses do capital (FRERES; RABELO, 2008, p. 02).

A exploração desmedida é algo comum dentro do capitalismo, que é pregado de forma escondida, sem que aqueles que dele participam percebam o que ocorre em seu entorno, diante disto a manipulação ideológica ocorre culturalmente ao longo dos anos, o que torna comum as pessoas passarem a vida trabalhando para outras, ganhando pouco, enquanto esses empregadores lucram sem grande esforço.

Apesar de ser um mecanismo para propagação do capitalismo, a educação também liberta da prisão ideológica desse sistema. Mesmo que, seja de forma complicada e difícil, ela consegue esclarecer e abrir os horizontes daqueles que conseguem compreender por de trás dos meandros que envolvem a construção da sociedade, do sistema capitalista, e da própria educação.

O capitalismo não pode existir sem a desigualdade, a base desse sistema perverso se dá pelo bem-estar de uma classe e o sucateamento de outra, pois o mesmo é respaldado em uma base que necessita do trabalho. O sistema exige uma produção desmedida para que uma pequena parcela que não condizem com seus esforços e árduos trabalhos obtenham o lucro total.

A educação sozinha não pode transformar e vencer as mazelas que afetam o mundo, que provém unicamente do sistema capitalista de produção, então para que ocorra uma transformação na sociedade por meio da educação, primeiramente é necessária uma revolução, ou seja, o fim desse sistema perverso de produção, para que se alcance o objetivo que a educação pode proporcionar.

A crise educacional que se enfrenta “tem como base a crise do trabalho alienado, fetichizado, próprio da sociedade capitalista em seu estágio de desenvolvimento” (Freres; Rabelo, 2008, p. 05), o problema é a má infraestrutura, a falta de professores, a qualificação, a violência, as desigualdades dentro do âmbito escolar se dão todos por conta da base capitalista que a educação construiu. Pois a mesma advém da crise do trabalho, da alienação que corrompem a sociedade provocando essas dificuldades.

É nesse cenário que é colocado o problema da nova redefinição do papel da educação como a atividade humana que resolve todos os problemas da humanidade: redução de pobreza, fator de desenvolvimento econômico, viabilização da ecossustentabilidade e promoção da paz no mundo. Percebemos que a função atribuída à educação como a redentora das desigualdades sociais – como se elas não

fossem produzidas pelo tipo de organização social em que os homens são explorados pelos próprios homens – é uma ilusão que mantém os indivíduos presos à lógica do capital (FRERES; RABELO, 2008, p. 06).

A educação é vista como a grande salvadora, que por meio dela as desigualdades serão combatidas, entretanto isso é um equívoco se for analisado de forma mais aprofundada, pois enquanto o sistema persistir não haverá muitas transformações, pois os homens continuarão sendo explorados por outros homens, a emancipação humana de forma totalitária só vai ocorrer a partir de uma revolução, e essa revolução só pode ser feita pela classe trabalhadora.

O capitalismo precisa ser encarado como o grande provocador dos próprios problemas que enfrenta, pois o sistema permite isso, propagando as desigualdades e a exploração das classe subalternas. Com isso, a sociedade fica à mercê de uma elite controlando a sociedade, mandando e desmandando, sem grande interferência por parte da maioria da população que encontram em um estado apático ou até mesmo sem “voz” por serem reféns do sistema. Além disso, o capital coloca a culpa nesses indivíduos, usando de ideologias alienadoras que pregam a culpabilidade por atos que são consequências do sistema vigente.

O estado é o controlador da educação, através da mesma impõe e coloca as formas como devem seguir as pessoas dentro da sociedade, como abordado anteriormente, em cada época histórica, ela (educação), é moldada para servir aos propósitos dos dominantes e contribui para a continuação do capitalismo.

Portanto, para que se possam reduzir as mazelas sociais como a pobreza e a desigualdade, a educação não pode ser a única arma, ela será uma delas, mas a principal é o desmonte do capitalismo, porque apenas assim será possível que ela desempenhe o papel de transformadora e libertadora, e quebre esse constante ciclo de alienação e a exploração seja finalmente apresentada na forma que ela existe e que os trabalhadores possam ter consciência que dentro dos mais diversos âmbitos são controlados, mesmo que inconscientemente, pelos governantes. Pois essa é prioritariamente um dos objetivos da educação, formar seres críticos que possam decidir e analisar sobre seu futuro e conseqüentemente o futuro da sociedade como um todo.

### **Considerações Finais**

A educação tem relações com o modo de produção em todos os períodos históricos, é evidente que a mesma foi criada como consequência do trabalho, uma vez que surgiu uma

necessidade de uma atividade mediadora da reprodução social. É notório também que a educação surgiu com uma característica mais tecnicista para classe trabalhadora e para as classes dominantes, sendo esta última mais voltada para a construção do ser social, na área das ciências humanas. Onde põem em destaque as desigualdades sociais advindas desde sua constituição.

Construída em cada período histórico, a educação é modelada e transformada de acordo com as necessidades que cada sociedade apresenta, sendo uma arma de propagação dos valores e ideais sociais para o bom funcionamento das relações e inter-relações. Sendo ela considerada por muitos uma salvação para as mazelas sociais.

Entretanto, compreende-se que construída na base capitalista, ela não pode vencer o próprio sistema que a construiu, sendo necessária uma reestruturação do capital, uma transformação, para que as influências educacionais possam de fato ser concretas dentro da sociedade.

A educação pode não ser a redentora de todos os problemas sociais, mas ela propicia uma série de compreensões críticas e libertadoras para se discernir e entender os meandros da sociedade, dando entendimento para as relações existentes, suas motivações, e conseqüentemente uma libertação das ideologias capitalistas, podendo desenvolver criticidade a ponto de descobrir os verdadeiros disfarces que a mesma provoca nos âmbitos sociais.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do trabalho: **ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: BoitempoEditorial, 1999.

ARAÚJO, Mickaelly Moreira de. A trajetória da educação no Brasil na perspectiva da luta de classes. IN: Jornada Internacional Políticas Públicas, 8., 2017, São Luís. **Anais...** São Luis: UFMA, 2017. p. 01-12.

FRERES, Helena de Araújo; RABELO, Jackeline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica**. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe\\_2008/trabalho\\_completo.php?id=932](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/trabalho_completo.php?id=932)>. Acesso em: 13 set. 2017.

GÓIS, Gilcéia Batista de. SILVA, Flavia Régia Holanda da. **EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA: a investida neoliberal sobre a política educacional no Brasil**. IN: Jornada Internacional Políticas Públicas, 8., 2017, São Luís. **Anais...** São Luis: UFMA, 2017. p. 01-12.

LESSA, S. Mundo dos homens: **trabalho e ser social**. 3a edição - revista e corrigida Instituto Lukács São Paulo, 2012.

MARX, K. ENGELS, F. **Textos Volume II**. Edição especial para editora alfa-omega, Ltda. São Paulo, 1976.

PASQUALOTTO, Lucyelle Cristina. Capitalismo e Educação. **Revista Faz Ciência**, Paraná, v. 8, n. 1, p. 325-342, jan. 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/354>>. Acesso em: 13 set. 2017.

SALAZA, S. **Centralidade da categoria trabalho na contemporaneidade**. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13786@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13786@1). Acesso em: 24 Agosto. 2017.

RAMOS, Fábio Pestana. Fundamentos Econômicos da Educação: Considerações sobre a economia na educação. **Para Entender a História**. Ano 2, vol. Abril, série 02/04, 2011, p. 01-10.